



Ativismo canábico agroecológico: Fundação da ACOLHAM - Associação Comunitária Liamba Agroecológica da Mata

Agroecological Cannabis Activism: Foundation of ACOLHAM - Liamba Agroecológica da Mata Community Association

GRUPIONI, Christina Maria de Freitas¹; REIS, Tatiana²; BARBOSA, Willer Araujo³

¹ UFLA/ACOLHAM, christina.grupionil@estudante.ufla.br; ² ISA-Viçosa/ACOLHAM, ³ UFV, willeraraujobarbosa@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Saúde e Agroecologia

Resumo: O debate sobre acessibilidade aos produtos à base de Cannabis para fins medicinais, dentro do contexto urbano, periférico e camponês da região da zona da mata de Minas Gerais, alinhado à questão do direito ao acesso ao mercado canábico no Brasil pela agricultura familiar agroecológica culminou com a fundação da associação canábica ACOLHAM (Associação Comunitária Liamba Agroecológica da Mata), no município de Viçosa/MG, em novembro de 2021. Inúmeras reuniões e plenárias ocorreram no território, a partir do trabalho das entidades OCA, CTA, ISA e MST que atuam na região. A fundação da ACOLHAM dentro do contexto da saúde e agroecologia na zona da mata de Minas Gerais, traz benefícios técnicos significativos, pois busca meios de promover o acesso à saúde, fortalecer a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como o empoderamento das comunidades camponesas, a preservação de variedades tradicionais e a inclusão social e econômica.

Palavras-Chave: direitos humanos; mercado lícito; maconha; medicina popular, agricultura familiar.

Contexto

A fundação da associação canábica ACOLHAM (Associação Comunitária Liamba Agroecológica da Mata) ocorreu no município de Viçosa/MG, região sudeste do Brasil, em novembro de 2021. A entidade, desde o início, busca fortalecer o processo de mobilização social, com foco na organização camponesa. Promove o debate sobre acessibilidade aos produtos à base de Cannabis para fins medicinais, dentro do contexto urbano, periférico e camponês da região da zona da mata de Minas Gerais, alinhado à questão do direito ao acesso ao mercado canábico no Brasil pela agricultura familiar agroecológica.

Incentivar o debate medicinal é importante para as pessoas enfermas que podem se beneficiar do tratamento com Cannabis, mas que, no entanto, encontram barreiras legais e regulatórias. Enquanto que, o debate sobre produção e fornecimento é fundamental para o desenvolvimento rural sustentável. Historicamente, a agricultura familiar vem garantindo a segurança e soberania alimentar do povo brasileiro, incluindo a questão das plantas medicinais.

A constituição da ACOLHAM, a partir do viés do ativismo canábico conectado ao movimento agroecológico, contribui para o fortalecimento das comunidades camponesas e familiares, pois valoriza e promove o compartilhamento de informações, conhecimentos, experiências, cooperação e apoio mútuo entre os membros da associação, não só sobre aspectos das



questões de saúde e medicina popular, como também nos aspectos relacionados ao acesso ao mercado brasileiro de Cannabis medicinal.

Os medicamentos canábicos liberados pela ANVISA, atualmente no Brasil, são importação e venda em farmácias, com valores elevados, restringindo o acesso à maioria da população. As empresas com que possuem a liberação trazem os insumos de fora do país, indo contra a lógica de desenvolvimento local. Havendo, ainda, impedimentos legais para que a planta, conhecida popularmente como maconha, seja produzida pela agricultura familiar, mesmo o Brasil sendo uma região muito favorável para o cultivo da mesma.

Enquanto, principalmente a população periférica e preta, segue sendo encarcerada cotidianamente com a falsa justificativa de “guerra contra as drogas”, com alto índice de prisões por causa de porte de pequenas quantidades da planta medicinal, as empresas farmacêuticas vendem livremente, normalmente por valores exorbitantes, o remédio produzido com os princípios ativos da Cannabis.

Esse tipo de encarceramento gera formas de sofrimento e repressão social, atingindo o emocional e parte da sociedade que adocece frente ao moralismo relacionado à fracassada e racista guerra as drogas. Além de tudo, cria preconceitos e barreiras que dificultam e impedem as pessoas necessitadas de acessar um medicamento que pode melhorar significativamente a vida de pessoas enfermas, e conseqüentemente de seus familiares e cuidadores.

Descrição da Experiência

A partir da atenção dada à pesquisa conduzida na Universidade Federal de Viçosa (UFV), pelo departamento de Fitotecnia, sobre melhoramento genético da Cannabis, a observação da falta de informações adequadas e relevantes, além da dificuldade de acesso ao medicamento e formas de uso da sociedade do entorno da UFV, a Organização Cooperativa de Agroecologia (OCA) está em diálogo com entidades parceiras que atuam na região: Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), Instituto Socioambiental de Viçosa (ISAVIÇOSA) e Movimento Sem Terra (MST), para buscarem formas de garantir a saúde e os direitos humanos, e alternativas aos mercados lícito e ilícito da Cannabis medicinal. O debate inicia-se amparado na histórica luta das associações de pacientes para acessibilidade ao medicamento canábico e traz a consciência de que a sociedade brasileira é efetivamente a destinatária final da proteção conferida pelo Estado, a partir dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, em relação especialmente à saúde.

As organizações planejaram a realização de uma plenária ampla para aprofundar e encaminhar diretrizes da Cannabis dentro do contexto da agricultura familiar na região.

Promoveu-se então, inicialmente, debates temáticos preparatórios, em reuniões de organizações da agricultura familiar agroecológica, no intuito de compreender o entendimento da categoria acerca da medicina canábica e do mercado canábico lícito e ilícito no Brasil.

Realizou-se uma *live* intitulada ‘Cannabis: da produção na agricultura familiar aos aspectos legais’ (disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=pbg6rWNCHug>), com a participação da coordenação do projeto de melhoramento genético da maconha da UFV, o advogado ativista André Barros e o advogado Eder Benevides. Neste debate virtual, o grupo trouxe à tona para o público regional conectado, a conversa sobre a absurda questão da proibição do plantio da maconha no Brasil, ao mesmo tempo que permite a chegada de



insumos importados; dentre outras questões polêmicas, como a liberação da venda de medicamentos canábicos nas farmácias, sem dar direito à livre concorrência de mercado aos interessados.

O debate virtual foi um convite à categoria da agricultura familiar para se inteirar sobre o mercado canábico, naquele momento já em andamento no Brasil, e ao mesmo tempo, explicitar e divulgar a luta do direito dos agricultores familiares para acessar esse mercado cobiçado internacionalmente.

A partir do sucesso da *live* e aceitação do tema pela agricultura familiar organizada, o grupo foi-se organizando e crescendo. Houve uma mobilização sincronizada com a construção da Troca de Saberes - versão 2021, evento promovido dentro da UFV. O tema da Farmácia Viva, e da Cannabis constituíram linhas para debate durante o evento pela primeira vez. Para preparar o evento ocorreram inúmeras reuniões com lideranças comunitárias, a partir do trabalho já realizado pelas instituições citadas: OCA, CTA, ISAVIÇOSA e MST, entre outras entidades, como a APAE.

Houve o caso de uma terapeuta agricultora, que expôs o fato de já trabalhar com homeopatia de Cannabis, com bons resultados na comunidade. Pela conexão com a APAE Viçosa, somou-se ao movimento, duas mães de pacientes. Uma, trazendo a vivência dela junto ao médico, exigindo dele uma prescrição ao uso de Cannabis, visto que todos os outros tratamentos não estavam surtindo efeito positivo na qualidade de vida da família. Pela própria vivência dessa mãe, desesperada pela falta de resposta da medicina tradicional, e esperançosa em encontrar um caminho que trouxesse alento e diminuísse o sofrimento do filho, solicita a um médico neurologista local a prescrição, a fim de tentar um tratamento promissor, já divulgado amplamente nas redes sociais. O relato da mãe é de que houve resistência no início. Mas, a insistência dela, fez o médico prescrever. Dessa forma, ela consegue o acesso ao medicamento, naquele momento, via ABRACE, a primeira associação canábica a obter *habeas corpus* para produção de óleo medicinal de maconha no Brasil. O uso do medicamento trouxe para o filho e para a família uma resposta significativa. Entretanto, ela vivia isolada e com dificuldades de acessar o medicamento, pela distancia, pela burocracia e pelo receio em conversar com outras mães que vivem o mesmo dilema. A outra mãe de paciente da APAE, raizeira e terapeuta popular, demonstrou interesse imediato em experimentar o tratamento na sua filha. A chegada das mães da APAE fortaleceu o movimento, pois a partir delas, a informação poderia chegar às pessoas com interesse e necessidade em se beneficiar diretamente da medicina canábica.

Assim, por meio de um movimento social de base, foi-se estruturando e formatando os debates que iriam dar embasamento para a realização da plenária, que ocorreu durante a Troca de Saberes, em 2021, discutindo publicamente, pela primeira vez, junto as organizações camponesas, a injusta produção e comercialização de Cannabis no Brasil já em curso, mas que não contempla a sociedade em termos de desenvolvimento e acesso constitucional à saúde e ao mercado.

Dessa forma, durante a Troca de Saberes - 2021, que ocorreu de forma remota devido a pandemia, realizou-se a plenária da Cannabis para a agricultura familiar, com participação significativa de sujeitos ativistas tradicionais, combinada com a chegada de sujeitos e lideranças da agricultura familiar. Passou pelo debate na Plenária, o aprofundamento da vinculação da maconha ao conceito de fitoterapia, e ao conceito de farmácia viva, visto que é considerada uma planta natural em evolução, como todas as outras plantas medicinais do mundo. E sendo planta, e sendo medicinal, divulgar o fato de que a agricultura familiar tem



interesse nesse mercado em ascensão. Pois a agricultura familiar é especialista em produção de plantas, e assim, tem capacidade técnica e experiência suficiente para garantir uma produção de maconha com qualidade medicinal adequada, além de ser capaz de produzir em quantidade suficiente para atender à demanda de mercado do país. Ou seja, foi anunciado que não se aceita a importação de insumos, visto a capacidade produtiva nacional. Definiu-se, nessa Plenária, a fundação de uma associação canábica diferenciada em seu estatuto por considerar a associação não somente de pacientes e médicos, mas também a associação e o cuidado com a luta dos agricultores e agricultoras familiares que tem interesse na produção da maconha para acessar o mercado lícito. Foi elaborada uma Carta, divulgada para entidades, trazendo os principais elementos históricos e o direcionamento dessa luta.

Após a Plenária, o grupo, já ampliado, inicia o processo burocrático de fundação da entidade. Para a fundação da entidade, organizou-se um curso de preparação artesanal de medicamento canábico, com a participação da Associação Mineira de Cannabis Medicinal, ACMG, com sede em Belo Horizonte e da ACMP, Associação de Cannabis Medicinal do Piauí. No curso, foram trazidos elementos teóricos e práticas da produção medicinal do óleo de Cannabis, sob aspectos diversos: filotécnicos, produtivos, nutricionais, sociais e legais. Representantes das Universidades Federais de Viçosa e da Universidade Federal de Juiz de Fora estiveram presentes no momento da Assembleia Geral de Fundação, que ocorreu na sede do CTA.

O grupo ampliou o debate, organizando duas plenárias no município de Viçosa, onde se avançou para a organização de duas audiências públicas municipais. A primeira relacionada ao tema Práticas Integrativas, onde o grupo apresentou para a plenária um projeto de lei elaborado coletivamente, que propõe a implementação do Programa Federal de Saúde 'Farmácia Viva' no município. Nessa ocasião, agentes populares estiveram presentes evidenciando o contexto e a necessidade de implementação dessa política, visto que na região já é tradicional o uso de plantas medicinais para cura de males físicos, emocionais e mentais. A presença da Mãe de Santo, Maria do Carmo, conhecida como Mãe Du, evidenciou a realidade da pandemia, num momento histórico de desmonte do SUS, onde a procura pelas benzeduras e ervas da medicina popular garantiram a qualidade de vida e sanidade mental de inúmeros cidadãos locais.

Assim, trouxe a importância de explicitar o debate sobre a polêmica disputa entre a medicina popular tradicional e a medicina acadêmica, que atualmente, a partir da ditadura do CRM, tenta a todo jeito, impor uma única forma de tratamento, que inclui normalmente fármacos sintéticos, que nem sempre resolvem o problema (vide a doença do Alzheimer, com o coquetel que tende a tornar zumbis os pacientes, e nunca cura).

A segunda audiência pública sobre Cannabis medicinal traz o debate para a sociedade sobre o medicamento canábico, acessibilidade, direitos humanos, guerra as drogas e a necessidade urgente de garantir acesso a informação e tratamento canábico na rede pública de Viçosa. Na sequência da audiência, organizou-se uma semana de atividades, incluindo o evento "Cannabis Brasil: oportunidades e desafios", em parceria com a Universidade Federal de Viçosa. O encontro ocorreu no auditório da Biblioteca Central da UFV e contou com a participação de médicos prescritores, cientistas canábicos, terapeutas populares, mães de santo, advogados penais, estudantes de graduação e pós-graduação de diversas áreas.



Além disso, a semana finalizou com a realização da terceira Marcha da Maconha de Viçosa, evento-artístico político, que aglutinou artistas locais e ativistas regionais para pautar publicamente, nas ruas da cidade, esse tema polêmico e ao mesmo tempo urgente para a sociedade.

Resultados

A fundação da ACOLHAM, uma associação canábica dentro do contexto da saúde e agroecologia na zona da mata de Minas Gerais, traz benefícios técnicos significativos, pois busca meios de promover o acesso à saúde, fortalecer a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como o empoderamento das comunidades camponesas, a preservação de variedades tradicionais e a inclusão social e econômica. A Associação é formada com base em princípios éticos, científicos e participativos, buscando sempre o bem-estar das pessoas e do meio ambiente, a geração de renda local e a reparação histórica. É, portanto, um instrumento de inclusão social e econômico, com foco principalmente em comunidades marginalizadas e grupos historicamente excluídos.

Para além de inserir o diálogo sobre o artigo 5º da Constituição Brasileira, que trata do direito à saúde, a ACOLHAM ao incentivar e organizar a promoção da participação e o empoderamento desses grupos para o cultivo e o processamento e comercialização de produtos à base de Cannabis, a Associação pode contribuir para a redução das desigualdades sociais, além de fomentar o desenvolvimento local e discutir a questão da reparação de danos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de maio de 2023.